

Lamaison disse que o projeto do Memorial JK foi aprovado pelo GDF, e reiterou sua disposição em colaborar para a conclusão das obras

JORNAL DE BRASÍLIA
Áreas verdes

22 AGO 1981

Arquitetos de Brasília condenam projeto do GDF

"O Governo do Distrito Federal está querendo dar meios à Terracap de aumentar a especulação imobiliária. Não foi para isso que ela foi criada. Com o novo projeto de desapateamento de áreas de uso comum do povo a Terracap terá plenos poderes de vender ou lotear qualquer área no DF". A afirmação é do presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil — departamento DF (IAB/DF), Marco Antônio de Faria Galvão, que também não aceita a argumentação do secretário de Viação e Obras, José Carlos Mello, de que o projeto de lei, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, não visa a venda de áreas verdes.

O IAB divulgou uma nota onde alerta a população para as eventuais consequências da aplicação futura do projeto, uma vez transformado em lei. Além disso, apela às autoridades competentes, tanto pela autoria: como pela aprovação do projeto, no sentido de sustar a tramitação, para que a população tenha a oportunidade de se manifestar. "O erro começa que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo aqui do DF não tem nenhum arquiteto, a não ser o Lúcio Costa e o Oscar Niemeyer, que são membros natos, mas que desistiram de comparecer as reuniões pois tinham sempre seus votos vencidos. Enquanto não tivermos um Conselho representativo e atuante, inclusive com membros da população, será impraticável uma decisão justa", disse Marco Antônio Galvão.

— Não somos contra a passagem de serviços públicos, como fios da Telebrasil, encanamentos de água etc, pelas áreas verdes, isso é até natural. O problema todo é que este projeto de lei é totalmente aberto e não adianta o GDF dizer que não vai vender áreas no Lago, para fazer loteamento, bem como mudar algumas coisas da planta original da capital ou das cidades satélites, que a lei não vai terminar com este governo. Quem pode garantir o que as próximas administrações poderão fazer?", questionou o presidente do IAB.

"A Terracap já tem antecedentes históricos não muito bons. Já alterou o projeto do Lúcio Costa e do Niemeyer, quase que totalmente. Por exemplo, quando foi construída duas projeções

que não constavam da planta na 412 sul; as tesourinhas; o prédio da central da Telebrasil, entre as superquadras 112 e 113 Sul, e várias outras obras. Não podemos confiar que ela não vá fazer mais coisas neste gênero, tendo poder para isso", disse Brian Panitz Bicca, membro da Comissão do DF do IAB.

— A Comissão do DF é permanente e entramos nesta briga, porque o projeto põe em perigo todo o planejamento urbanístico de Brasília, e por isso nos reservamos ao direito de voltar a nos manifestar quantas vezes forem necessárias", acrescentou Brian Bicca.

ADVOGADO

O advogado Osmar Alves de Mello está contra o projeto de desapateamento de áreas de uso comum do povo para instalação de órgãos e serviços públicos porque para isso já existe a Lei de Parcelamento do Solo, de nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979". Osmar Alves explicou que depois de feito o loteamento para a construção de Brasília, nada poderia alterá-lo, tão facilmente.

— Para alterar o projeto inicial, era necessário que o governador baixasse um decreto destinando o uso do solo a um alguém. Depois a planta teria que ser averbada no Cartório de Registro de Imóveis, dependendo de um edital, a fim de que os interessados, isto é os proprietários de imóveis adjacentes, tomassem conhecimento do fato.

"Em 1970, o corregedor de Justiça do DF, na época, Hugo Auler, baixou o Provimento de nº 125 que autorizava a averbação, desde que fosse resguardado os direitos dos adquirentes de lotes adjacentes", explica Osmar Mello. "Porém os cartórios interpretaram o documento livremente e averbaram muita coisa que não deviam. Com a posse do novo corregedor, Valdir Melvin, a cerca de um ano e meio, as coisas mudaram de figura. Ele começou a fiscalizar os cartórios que passaram a não averbar mais nada que não resguardasse os direitos dos proprietários de imóveis adjacentes. No dia 12 de junho de 1981, o corregedor baixou um Provimento-Geral que anulou o antigo, de Hugo Auler".